

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Cotado para relatoria, líder do MDB discute lei do gás.....	3
Título: Proibir Petrobras de criar subsidiárias para vender ativos pode matar empresa, diz Mac Cord.....	4
Título: STF lança incerteza sobre abertura do refino e dívida da Petrobras.....	5
Título: Impasse no Supremo afeta desempenho das ações.....	7
Título: Destaques	10
Título: Fux paralisa sessão sobre venda de refinarias.....	10
Título: Posição da Arábia Saudita gera incertezas ao petróleo.....	12
Título: Copel estuda negócios em geração e transmissão e mira fonte solar.....	14
Título: Pademia derruba consumo de aço e queda na região deve ser de 14,5%.....	16
Título: Minério de ferro continua em queda	17
Título: China promete ser neutra em carbono até 2060	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Petrobrás reajusta preço da gasolina em 4% na refinaria	19
Título: Petrobrás recebe R\$ 265 mi em acordo de leniência	20
Título: Sem verba, agência diz que não conseguirá fiscalizar barragens.....	20
Título: Órgãos não darão aval aos planos de emergência	21
Título: Com IPO, CSN quer colocar R\$ 1,1 bi em mineradora	22
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: Companhias de energia inauguram estações de recarga	22
Título: Erros econômicos de Bolsonaro na ONU	24
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	25

Título: Gasolina sobe pela 4ª vez em setembro.....	25
--	----

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/09/2020****Seção: Política****Autor: Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília****Título: Cotado para relatoria, líder do MDB discute lei do gás**

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), comandou na segunda-feira videoconferência com dezenas de empresários ligados ao setor de gás no Brasil. Braga está cotado como possível relator da matéria no Senado e, na conversa, sinalizou que pode preservar a versão aprovada pela Câmara dos Deputados, o que agrada os representantes do segmento. Segundo fontes, apesar disso, o emedebista fez questão de enfatizar também que, caso a maioria dos senadores queira fazer modificações no texto, o Senado não abrirá mão da sua legitimidade de alterar a proposta.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) vem postergando a definição sobre a relatoria justamente porque tenta construir algum tipo de consenso em torno do assunto.

Em conversas reservadas, Alcolumbre deu a entender que gostaria de um relator que preservasse a versão aprovada pelos deputados. Neste caso, uma alternativa seria deixar possíveis modificações para a regulamentação da lei, após sua aprovação no Congresso.

Braga sinalizou que topa esta alternativa se a maioria dos líderes concordarem com a manutenção do texto. Caso contrário, ele deixou claro que o Senado não vai abdicar do papel de Casa revisora. De acordo com um participante da reunião, o emedebista lembrou os empresários que a Lei do Gás está tramitando há aproximadamente sete anos na Câmara dos Deputados e que o Senado também tem direito de estudar o assunto com o devido cuidado. Após a reunião com os empresários, Braga se reuniu com o presidente do Senado na residência oficial.

A nova lei do gás deve destravar ao menos US\$ 10 bilhões em investimentos no setor químico e atrair para o país projetos que têm sido direcionados para outros mercados, onde os preços do gás natural, usado como energia e matéria-prima pela indústria, é mais competitivo.

A expectativa do setor é a de que a regulamentação seja aprovada pelo Congresso e sancionada ainda em 2020, colocando fim ao monopólio da Petrobras e possibilitando o compartilhamento de infraestrutura (gasodutos e unidades de regaseificação), num momento em que o gás liquefeito (GNL) está barato no mercado internacional e há oferta abundante.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/09/2020****Seção: Especial****Autor:****Título: Proibir Petrobras de criar subsidiárias para vender ativos pode matar empresa, diz Mac Cord**

Uma eventual decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proibindo a Petrobras de criar subsidiárias para fins de venda de ativos pode matar a empresa, afirmou ao **Valor** o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord. “Acaba o desinvestimento. Você amarrou as mãos dela. Você matou a empresa.”

Esse é o risco envolvido em um julgamento ainda em curso no STF, até o momento com placar parcial desfavorável ao governo: deixar a estatal numa situação em que ela só pode comprar, mas nunca vender. “É como se fosse aquela estratégia do ganso, do foie gras: você enfia um funil na boca do ganso e vai metendo comida até estourar”, comparou.

O presidente da corte, ministro Luiz Fux, determinou ontem que a questão seja decidida no plenário e em sessão presencial. No sistema de votação virtual, o caso já contava com três votos, todos contrários às pretensões do governo: Edson Fachin (relator), Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello.

A discussão foi iniciada a pedido das mesas do Congresso e do Senado. Trata-se de uma reclamação, com pedido de liminar, na qual se argumenta que a Petrobras estaria, por meio de “operações societárias artificiais”, driblando decisão do próprio STF pela qual é necessária autorização do Legislativo para vender estatais, mas não suas subsidiárias. Para os autores da ação, o governo estaria criando subsidiárias para vender a Petrobras em pedaços.

“Há um desconhecimento completo de como funciona uma empresa desse porte e com esse nível de complexidade”, afirmou Mac Cord. A venda de ativos da Petrobras “não é um garage sale” no qual vários itens são vendidos individualmente, explicou. Uma usina de regaseificação, por exemplo, não pode operar sem estruturas complementares, como as tubulações (pipeline). Assim, cada conjunto precisa ser apartado, com criação de um novo CNPJ, para que seja vendido.

Se a empresa for impedida de vender seus ativos, não terá como fazer novos investimentos, argumentou o secretário. Ele questionou com qual dinheiro a Petrobras explorará os excedentes da cessão onerosa que arrematou no ano

passado, se não com a venda de refinarias e outros ativos. A estatal pagou quase R\$ 70 bilhões em bônus de assinatura pelos campos de Búzios e Itapu.

“Uma empresa não é uma foto, ela é um filme”, disse. “As coisas vão mudando: ela vende, ela compra, faz parte da gestão. A gente não pode proibir empresas de fazerem a gestão do seu portfólio.”

A Petrobras planeja vendas de ativos em gás natural para cumprir um compromisso assumido junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), firmado após uma investigação sobre conduta anticompetitiva da empresa nesse mercado. “Ela é obrigada a vender”, enfatizou.

O questionamento apresentado pelo Congresso ao STF cita oito refinarias: Landulpho Alves (RLAM) na Bahia, Abreu e Lima (Rnest) em Pernambuco, Presidente Getúlio Vargas (Repar) no Paraná, Alberto Pasqualini (Refap) no Rio Grande do Sul, Refinaria Gabriel Passos (Regap) em Minas Gerais, Refinaria Isaac Sabbá (Reman) no Amazonas, Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor) no Ceará e Unidade de Industrialização do Xisto (SIX).

(Colaborou Luísa Martins)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/09/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Gabriela Ruddy — Do Rio

Título: STF lança incerteza sobre abertura do refino e dívida da Petrobras

A suspensão do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a venda das refinarias da Petrobras, no momento em que o placar da Corte contabiliza três votos contrários à estatal, coloca a abertura do refino em uma nuvem de incertezas. A derrota parcial não impede a companhia de avançar com as negociações em curso para venda das refinarias Landulpho Alves (BA), para o Mubadala, e Presidente Vargas (PR) - disputada pela Ultrapar e Raízen. A indefinição, porém, levanta dúvidas sobre a capacidade da empresa de reduzir dívidas e pagar mais dividendos - bem como alimenta temores quanto ao futuro da quebra do monopólio da petroleira no setor.

“A abertura do refino traz a oportunidade para que o Brasil tenha um mercado mais aberto, mais competitivo e diverso, o que é saudável e bem-vindo. Uma interrupção em processo como esse insere insegurança numa área intensiva em capital e mina a agenda de atração de investimentos privados. Cria também um dilema para quem está vendendo e que tem um compromisso com o Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica]”, afirma a presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Clarissa Lins.

Existem três desfechos possíveis que trazem, em maior ou menor grau, riscos para a Petrobras. Dentro do cenário mais otimista para a estatal, a derrota parcial é revertida e o STF conclui a votação dando aval para que a empresa prossiga com as vendas ainda este ano - a retomada do julgamento está prevista para ocorrer em 2020. Nesse caso, pode haver algum atraso nas negociações, mas não ao ponto de comprometer a meta da empresa de concluir a alienação de oito de suas unidades até o fim de 2021.

Num segundo cenário, o Supremo condiciona o avanço dos negócios ao aval do Congresso, mas a aprovação dos parlamentares atrasa, a exemplo da discussão sobre a capitalização da Eletrobras. Nesse caso, existe o risco de que a matéria sequer seja pautada durante o governo Jair Bolsonaro, conforme as eleições de 2022 se aproximem. No terceiro cenário, mais pessimista, o Congresso veta a alienação das refinarias.

Qualquer revés no STF pode retardar a redução da alavancagem da empresa, que conta com o dinheiro das refinarias para reduzir a dívida bruta de US\$ 91 bilhões para US\$ 60 bilhões em 2022 e, assim, acionar a nova política de dividendos - que, na prática, aumentará o pagamento aos acionistas para além do mínimo legal. Antes do choque de preços do petróleo deste ano, a expectativa da Petrobras era levantar cerca de US\$ 15 bilhões com a alienação das refinarias. Com a redução da capacidade de geração de caixa operacional, a importância da venda de ativos se acentuou ainda mais.

Para o advogado Felipe Feres, sócio do escritório Mattos Filho, o debate no STF é uma indicação “extremamente negativa” para um mercado que enfrenta os efeitos da crise do petróleo e do cenário de transição energética. “A rediscussão sobre o programa de desinvestimentos não ajuda, ao criar mais inseguranças”, diz.

Ele explica que a Petrobras não está impedida de fechar contratos para a venda de suas refinarias, mas destaca que, se houver algum revés no STF, o negócio pode ser defeito - seja por meio de eventuais cláusulas contratuais que condicionem o fechamento da operação ao aval do Congresso, seja por força de uma eventual liminar no Supremo. “Em tese seria possível dar uma liminar desfazendo o negócio porque estamos falando de transações que eventualmente estariam ocorrendo durante o julgamento do STF”, disse.

A possibilidade de um revés na abertura do refino mexe com os ânimos da indústria de óleo e gás como um todo. “A competição no refino vai criar necessidade de uma maior movimentação de produtos e isso gera investimentos em instalações, portos e afeta a movimentação por cabotagem, por exemplo. Uma série de agentes está se preparando hoje para esse novo

mercado e esses setores vão arrefecer [se houver atraso nas vendas]”, afirma o sócio-diretor da Leggio Consultoria, Marcus D’Elia.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, a perpetuação do monopólio abre espaço para que práticas anticoncorrenciais se mantenham. “Quando vemos a presença de um agente dominante que [historicamente] interfere no preço, isso gera uma insegurança”, disse.

Um fracasso na abertura do refino pode impactar também as distribuidoras, como BR, Ipiranga e Raízen, que esperam conseguir, com a diversificação de supridores, melhores condições comerciais nos contratos.

Já para o consumidor, os efeitos da abertura ainda não são um consenso. A Petrobras acredita que a entrada de novos refinadores, naturalmente, tende a trazer mais competição na oferta ao mercado. Um estudo da PUC-Rio, por sua vez, indica para uma alta possibilidade de formação de monopólios privados regionais nas áreas de influência da maioria das refinarias, sem garantia de redução de custos ao consumidor. “Não acredito que a transferência patrimonial para a iniciativa privada terá grandes impactos para o refino”, concorda o coordenador do Instituto de Estudos Estratégico de Petróleo (Inep), ligado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), Rodrigo Leão.

O Congresso alertou o STF sobre uma suposta manobra da Petrobras, que estaria desmembrando a sua matriz em “subsidiárias-ponte” (criadas para venda de ativos) - por decisão do STF em 2019, as privatizações das holdings só podem ocorrer após aval do Legislativo, mas o mesmo não vale para a venda do controle das subsidiárias. Para a sócia da Rennó Penteado Sampaio Advogados, Carolina Finada, nada impede que a Petrobras venda seus ativos separadamente, sem criar subsidiárias e sem necessidade do Congresso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez — De São Paulo

Título: Impasse no Supremo afeta desempenho das ações

O impasse no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a venda de refinarias torna ainda mais difícil a situação da Petrobras, cujas ações caem mais de 30% no ano diante da desvalorização do petróleo. O risco, segundo profissionais do mercado, está no atraso do plano de desinvestimentos da companhia, considerado essencial para a redução da dívida, maximização de valor e redução

de exposição da empresa às interferências políticas em preços dos combustíveis.

Em 2020, as ações ordinárias e preferenciais da empresa recuam 33% e 31,2%, respectivamente, um desempenho pior do que o próprio Ibovespa - baixa de 15,9%. Movimentos positivos têm ocorrido de forma pontual, a depender da oscilação do petróleo. Ontem por exemplo, Petrobras ON teve leve baixa de 0,05% e a PN de 0,48%, diante da alta de 0,67% do petróleo Brent para novembro. No ano, a commodity, cai 32%.

Já em termos de múltiplos, Petrobras negocia atualmente com um EV/Ebitda - valor da companhia em relação à estimativa de geração de caixa - 2021 de 4,1 vezes, um desconto de 27,1% ante a média dos últimos quatro anos, conforme levantamento feito pela Ativa Investimentos.

Na comparação com os principais pares estrangeiros, a Petrobras também é uma das mais descontadas. A Saudi Aramco, por exemplo, tem um EV/Ebitda 2021 de 12,5 vezes; a Exxon, de 7,7 vezes, a Chevron, de 6,5 vezes; e a Shell, de 4,1 vezes.

A diferença entre Petrobras e as concorrentes está justamente na dívida elevada e controle estatal. Logo, impasses judiciais ou a confirmação de venda suspensa das refinarias pode adicionar ainda mais volatilidade em um papel que já sofre perdas significativas.

O julgamento virtual da venda das refinarias no STF foi suspenso, ontem, pelo ministro Luiz Fux para ser retomado de forma presencial, mas já possui três votos a favor para conceder liminar e proibir a criação de subsidiárias para alienação.

“Embora não tenhamos projeção sobre o resultado deste julgamento, acreditamos que se a venda das refinarias da Petrobras for suspensa, isso pode atrasar o plano de desalavancagem da companhia”, avaliam, em relatório, os analistas do Goldman Sachs, Bruno Amorim, Osmar Camilo e João Frizo.

O plano, no qual eles se referem, é a meta da estatal de atingir uma dívida bruta de US\$ 60 bilhões em 2022, ante US\$ 91 bilhões no segundo trimestre de 2020.

Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, observa que a decisão do STF pode deixar a Petrobras mais longe da sua meta de redução de dívida, que permitiria o aumento da distribuição de dividendos. “Quando atingir a dívida bruta de US\$ 60 bilhões, a empresa passa a ter uma distribuição maior de dividendos, que hoje atende o mínimo regulatório de 25% do lucro líquido. Hoje, a dívida tem que descer um terço e, para isso, essa venda de ativos é tão importante”, afirma.

Esta meta é importante para a companhia e demandada pelo mercado, de acordo com Arbetman. Por isso, quando a venda das refinarias foi anunciada, em meados de 2019, foi bem-recebida. Assim, um impasse judicial já tem reflexos negativos, que podem ser intensificados caso a suspensão seja confirmada. “O objetivo da companhia está na maximização de valor e não de produção e a gente vê que para atingir isso, as vertentes como o plano de desinvestimentos e a própria demanda [petróleo] são importantes. Então, a empresa está em um momento que talvez não seja o melhor”, diz.

O analista lembra outro desinvestimento importante: a venda da fatia de 37,5% na BR Distribuidora. A operação, segundo apurado pelo **Valor**, foi suspensa até que haja uma melhoria das condições do mercado de capitais.

A demanda por petróleo, afetada com os fechamentos das economias por conta da pandemia, recuou em 2020 e é a principal responsável pela baixa de mais de 30% do Brent. Este é o fator geral que explica a desvalorização de todas as petroleiras no ano.

Conforme levantamento do Valor Data, os recibos de ações (ADRs) da Petrobras vinculados à ação ordinária registram perdas de 49,6% em 2020 na bolsa de Nova York (Nyse). Entre as concorrentes, os recibos da Shell têm baixa de 53%, as ações da ExxonMobil cedem 46,3% e Chevron recua 34,7%.

Um gestor de fundo de investimento, que possui Petrobras na carteira e prefere não ser identificado, diz que as ações têm um desempenho inferior por conta do seu elevado endividamento e também pela importância do segmento de exploração e produção na receita, superior ao da Exxon, por exemplo, que depende muito de refino. Desta forma, é mais prejudicada pela baixa do petróleo.

Outro ponto importante, segundo ele, é o fato de a Petrobras ser estatal e, assim, já ter sofrido muito com interferência política nos preços de combustíveis. “Privatizar as refinarias é uma coisa que o mercado vê com bons olhos, pois ajudaria a blindar a empresa do governo mexer nos preços.”

Leonardo Morales, gestor de renda variável da Macro Capital, lembra que Petrobras sempre teve um desconto ante os pares estrangeiro por ser uma estatal e revela que a gestora possui Petrobras na carteira por acreditar que o processo de desinvestimento continua e que a empresa tem diminuído dívida, com geração de caixa, mesmo em um ambiente desafiador. “A queda nas ações no ano refletem muito mais o petróleo que ocorreu com covid, devido uma demanda bem menor no curto prazo dado que o mundo praticamente parou”, afirma.

A posição da gestora, no entanto, é pequena, exatamente pelo impasse da venda das refinarias no STF. “Temos uma posição não muito grande, porque esse barulho do STF pode pesar, mas gostamos do case sim olhando médio prazo.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/09/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Distribuidoras de energia

As distribuidoras de energia elétrica conseguiram decisões favoráveis no Supremo Tribunal Federal (STF) contra leis estaduais que indicavam procedimentos para as empresas em caso de inadimplência dos consumidores. Foram declaradas inconstitucionais pelo STF parte de legislações do Paraná e de Roraima. No caso paranaense, a lei limitava a suspensão do fornecimento de energia a consumidores inadimplentes, proibia a cobrança de taxa de religação ou multa punitiva, entre outras disposições. Já em Roraima, o texto impedia a cobrança de taxa de ligação de energia pela distribuidora em caso de inadimplência. Os julgamentos do STF se deram a partir de ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) impetradas pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Luísa Martins — De Brasília

Título: Fux paralisa sessão sobre venda de refinarias

Presidente do STF deve levar a matéria ao plenário “físico”

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, suspendeu o julgamento virtual da reclamação que busca impedir a venda de refinarias da Petrobras, dando mais fôlego às negociações que estão em curso pela estatal. A análise do caso deve ser retomada ainda neste ano, em sessão presencial ou por videoconferência, mas ainda não há data definida.

Na plataforma eletrônica, os ministros Edson Fachin (relator), Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello já haviam votado para conceder a liminar e proibir a estatal de criar subsidiárias com o único propósito de aliená-las. Esse entendimento deve ser seguido pela maioria, segundo apurou o **Valor**.

A matéria chegou ao Supremo em julho, a partir do Senado Federal, que alertou para uma suposta manobra do governo para conseguir vender empresas públicas sem necessidade de aval prévio do Congresso ou de procedimento licitatório - uma espécie de drible à decisão do STF proferida no ano passado.

Na ocasião, o plenário decidiu que é possível dispensar a autorização legislativa para privatizar subsidiárias, mas não as chamadas “empresas-mãe” (controladoras e holdings), para as quais é necessária a aprovação de lei específica no Congresso. Como consequência, o governo estaria desmembrando as matrizes com o objetivo único de repassá-las à iniciativa privada.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirma que um posicionamento do tribunal é essencial para impedir que a manobra ocorra nos processos de alienação de ativos da Refinaria Landulpho Alves (Rlam) e da Refinaria do Paraná (Repar), que estão a pleno vapor.

De acordo com uma fonte a par dos procedimentos de privatização, a Petrobras já registrou compradores interessados, mas a fase ainda é de negociações. A expectativa é de que a concretização da venda só se concretize no segundo semestre de 2021.

Na segunda-feira, o advogado-geral do Senado, Thomaz Gomma de Azevedo, reforçou o pedido ao STF, requerendo que sejam “liminarmente suspensos todos os atos de criação de novas subsidiárias da Petrobras que não estejam orientados pelo estrito cumprimento de seu objeto social” e que a estatal interrompa “as etapas que visem à transferência de titularidade total ou parcial das refinarias”.

O modelo de vendas do governo foi detalhado pela própria Petrobras em manifestação enviada à Justiça Federal do Rio de Janeiro. No documento, a empresa prevê primeiro a criação das subsidiárias, para depois transferir a elas parte dos ativos da controladora. A etapa seguinte seria a da alienação em si, sem lei específica ou licitação. Os interessados na compra seriam submetidos a um processo de escolha conduzido por um banco internacional.

Para Alcolumbre, trata-se de desvio de finalidade - “uma alienação “disfarçada e simulada” de ativos do sistema Petrobras e um “esvaziamento do papel congressional na deliberação sobre os bens de domínio da União”.

Procurada, a Petrobras não quis comentar. Nos autos, a Advocacia-Geral da União (AGU) anexou acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que não viu irregularidades na venda das refinarias, uma vez que a alienação foi avalizada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/09/2020****Seção: Empresas****Autor: Anjli Raval — Financial Times, de Londres****Título: Posição da Arábia Saudita gera incertezas ao petróleo**

O ministro da Energia da Arábia Saudita mantém suas opções em aberto enquanto a recuperação dos preços do petróleo mostra-se irregular, o que instaura um período de potencial volatilidade à frente. Os preços do petróleo bruto despencaram no início deste mês após os operadores terem ficado nervosos com a possibilidade de que a adoção de novos regimes de confinamento para desacelerar a disseminação do coronavírus pudesse romper a frágil recuperação do consumo.

Mas o príncipe Abdulaziz bin Salman reluta em se comprometer com qualquer nova medida destinada a sustentar o mercado de petróleo. Ele disse à imprensa, na semana passada, que “qualquer pessoa que achar que vai ouvir de mim alguma indicação sobre o que faremos em seguida, sem dúvida não tem noção de nada”.

“A incerteza criada pela covid-19 dá pouco sinais de ceder”, disse a AIE; inverno no Hemisfério Norte favorece o vírus

Suas únicas duas previsões foram de que o mercado estará “irrequieto” nos meses pela frente, e que ele fará os especuladores “gemerem terrivelmente”.

Analistas dizem que a falta de visibilidade sobre a trajetória do mercado mostra que a Arábia Saudita, a maior exportadora mundial de petróleo, quer manter uma gama de opções disponível, que vão desde a fiscalização mais rígida sobre o cumprimento dos cortes de abastecimento recordes pactuados no começo deste ano pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e aliados como a Rússia até promessas de adotar restrições à produção ainda mais severas.

Os investidores estão ávidos por clareza sobre se o grupo conhecido como Opep+ mudará seus planos de abastecimento futuros.

Cortes históricos de 9,7 milhões de barris ao dia pactuados em abril entre os principais produtores mundiais - que puseram fim à guerra de preços com a Rússia iniciada pela Arábia Saudita - caíram desde então para 7,7 milhões de b/d. Essas diminuições deverão se abrandar ainda mais em janeiro de 2021 como parte de uma redução gradual.

A grande interrogação agora é se os produtores darão continuidade a essa retração. O petróleo bruto tipo Brent, a referência internacional, subiu de menos de US\$ 20 o barril em abril para mais de US\$ 45 no fim de agosto, impelido pelo acordo de corte da oferta. Mas, desde então, começaram a cair. O barril recuou mais de 2% na segunda-feira, para cerca de US\$ 42, e os produtores temem mais uma desvalorização.

Os confinamentos locais adotados na Europa e os casos crescentes registrados em grandes países consumidores, como a Índia, estão preocupando os delegados da Opep. Eles também advertem para o fato de que o petróleo bruto e os estoques de derivados não estão se esgotando com a rapidez prevista inicialmente. “Não há nada a fazer neste momento, a não ser continuar no mesmo caminho. Mas poderemos ter [de agir] em breve”, disse um dos delegados.

A demanda mundial caiu nada menos que 33% em abril em relação aos níveis pré-crise de 100 milhões de b/d, mas se recuperou e prevê-se atualmente que ficará em torno de 94 milhões de b/d no terceiro trimestre, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE). Mas a AIE deu alguns sinais de alarme na semana passada: a desaceleração das compras de petróleo bruto da China e iniciativas de alguns dos maiores operadores de petróleo do mundo de começar a armazenar petróleo no mar de novo.

“A incerteza criada pela covid-19 dá pouco sinais de ceder”, disse o órgão, observando que o inverno no Hemisfério Norte (de dezembro a março) tornará a trajetória do vírus difícil de prever.

“A recuperação nem sequer ocorreu em todo o mundo”, disseram autoridades da comissão ministerial da Opep+ que monitora o acordo histórico de cortes de abastecimento. Elas recomendaram que o grupo ampliado de países, que inclui a Rússia, tome “novas medidas necessárias” quando recomendáveis. Estão entre as opções, dizem observadores do mercado, o adiamento da redução dos cortes de oferta e a aprovação de cortes adicionais acima das metas atribuídas aos membros, como fizeram a Arábia Saudita e outros países da Opep em junho.

Amrita Sen, da consultoria Energy Aspects, disse que a Arábia Saudita e seus aliados da Opep estão alheios a ela e “torcem pelo melhor, mas se preparam para o pior”. “A demanda asiática - um destino fundamental do petróleo do Oriente Médio - está, em grande medida, aumentando, mas o consumo no Ocidente segue o caminho contrário. É tão difícil prever qualquer coisa!”, afirmou ela.

O príncipe Abdulaziz prometeu na semana passada um enfoque “proativo e preventivo”. De sua parte, Riad tenta pôr a casa da Opep em ordem ao chamar publicamente a atenção dos países que, segundo diz, descumpriram as cláusulas do acordo de reduções da produção de abril.

Se a Arábia Saudita tiver de convencer a Rússia - interessada em não perder participação de mercado - a deter a produção mais uma vez, permitindo que países como os Emirados Árabes Unidos, o Iraque e a Nigéria ultrapassem seus níveis de produção prometidos, o país enfraquecerá seu controle, disseram analistas.

“Se alguém cumprir sua parcela de cortes agora, o grupo Opep+ terá muito mais flexibilidade para corrigir a política, se precisar, no futuro”, disse Bassam Fattouh, do Instituto Oxford de Estudos em Energia.

Há outros fatores imprevisíveis pela frente nos próximos meses. Na Líbia, forças rebeldes aceitaram suspender oito meses de bloqueio a campos de petróleo e portos, o que permite a retomada da produção e das exportações.

A eleição presidencial nos EUA, em novembro, pode complicar as coisas ainda mais. O presidente Donald Trump adotou uma posição de força diante dos produtores reunidos em negociação antes do acordo histórico de abril. Uma vitória do candidato democrata Joe Biden poderá reduzir a pressão política sobre produtores, para fortalecer o mercado, em uma próxima rodada de conversações formais neste ano, dizem observadores.

Mas, em um mês em que a volatilidade das bolsas de valores refletiu o risco ainda representado pela pandemia sobre a economia mundial, os temores em torno da demanda predominam.

“O ritmo da recuperação do mercado de petróleo desacelerou, e a Arábia Saudita quer estar preparada para corrigir a política caso necessário”, disse Giovanni Staunovo, analista do UBS Wealth Management. “Não sabemos que rumo o mundo está tomando.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Copel estuda negócios em geração e transmissão e mira fonte solar

A Copel está buscando novos negócios nos segmentos de geração e transmissão de energia e tem preferência por ativos “brownfield”, nos quais o risco de construção já está superado. “As renováveis são os ativos ‘sexy’ do mercado,

temos muita atenção nisso. Estamos com algumas conversas e acompanhando alguns processos de investimento”, disse ontem o diretor-presidente da estatal paranaense, Daniel Slaviero, em reunião online com investidores e analistas.

O executivo não comentou preferências por fontes de geração, mas afirmou que a companhia precisa “romper a barreira do solar”, uma fonte que ainda não tem em seu portfólio.

Porém, a elétrica não descarta avaliar oportunidades “greenfield” em leilões do governo, desde que tenham sinergias com as operações atuais. Uma possibilidade no radar são linhas de transmissão na região Sudeste, especialmente no Paraná e em São Paulo.

Já no segmento de distribuição, a Copel vê dificuldades para crescer através de aquisições. Segundo Slaviero, a companhia não participará do processo de privatização da CEB, distribuidora de Brasília, por não enxergar ganho de escala ou sinergia. “A Celesc [companhia catarinense] já tem um investidor privado com participação relevante, a CEEE [companhia gaúcha, em processo de privatização] está sitiada pela CPFL. Vemos pouco espaço de crescimento territorial”, acrescentou.

Nesse sentido, os esforços na área de distribuição estarão concentrados em melhorar a base de ativos e ampliar a base de remuneração regulatória (BRR). A revisão tarifária periódica da distribuidora da Copel acontecerá em 2021 e estima-se que os investimentos realizados nos últimos anos possam elevar em cerca de 50% a base remuneratória, atualmente de R\$ 4,9 bilhões.

Outra prioridade da elétrica paranaense é a renovação da concessão de sua maior usina, a hidrelétrica Foz do Areia, cujo contrato se encerra em 2023. A avaliação é que vale a pena seguir com a processo mesmo sob a condição de venda do controle acionário, já vez que, caso a usina seja relicitada, a Copel pode não ser tão competitiva diante de outras companhias com acionistas estrangeiros.

“[Renovar a concessão] Traz mais ganho do que correr o risco de perdê-la. Ainda vamos ficar com 49% de um ativo por mais de 30 anos, e toda a parte de O&M [operação e manutenção] e infraestrutura de engenharia continuaria sendo feita pela Copel”, afirma Slaviero.

As companhias que pretendem renovar concessões de hidrelétricas próximas ao vencimento - Cemig e CEEE, além da Copel - estão discutindo com o **Ministério de Minas e Energia (MME)** o cálculo do bônus de outorga. Os valores ainda não estão fechados. O presidente da estatal paranaense defende que as referências usadas para o cálculo do bônus de outorga da usina de Porto Primavera, na

ocasião da privatização da Cesp, serviam a uma realidade “que não existe mais”. “Você tem novas fontes entrando, queda de demanda causada pela covid-19, o custo da energia caindo... Isso obviamente precisa ser revisto”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Pandemia derruba consumo de aço e queda na região deve ser de 14,5%

A pandemia deverá promover um tombo no consumo aparente de aço na América Latina. Segundo a Associação Latino-americana do Aço (Alacero), neste ano deverão ser consumidos 55,68 milhões de toneladas, o que representa queda de 14,5% no comparativo com 2019. Essa queda será puxada pelo desempenho do setor no Brasil, Argentina e México, os maiores mercados consumidores da região.

O Brasil, por exemplo, segundo a Alacero, deverá apresentar um recuo de 14,4%, com 17,96 milhões de toneladas. Já na Argentina estima-se uma queda de 15,2%, para 3,32 milhões de toneladas consumidas. No México, o consumo aparente poderá ser de 21,32 milhões de toneladas, o que representa um declínio de 13,4%.

O presidente executivo da Alacero, Francisco Leal, disse que a recuperação do setor deverá acontecer já no próximo ano. Mas, essa retomada ainda não irá recompor as perdas de 2020. “Se espera um crescimento da economia em 2021 independentemente do que cada governo fará. Hoje, o PIB (Produto Interno Bruto) da região recuou 10 anos. O que devemos crescer em 2021 não compensará essa queda.”

Pelos dados da Alacero, o consumo aparente no próximo ano deverá chegar a 60,62 milhões de toneladas, uma evolução de 8,9%. Na estimativa anterior, o consumo na região era de 68,93 milhões de toneladas, uma alta de 3,3%.

De acordo com os dados, o Brasil apresentará um aumento de 9,6% no consumo aparente em 2021, chegando a 19,68 milhões de toneladas. O presidente do Instituto Aço Brasil (IABR), Marco Polo de Mello Lopes, disse que a recuperação do setor no país está em “V”. No período mais crítico da pandemia, em abril e maio, foram desligados 13 altos-fornos e a utilização da capacidade instalada era de um pouco mais de 40%. Atualmente, em torno de seis equipamentos já voltaram ou estão próximos da operação.

A ArcelorMittal Tubarão, por exemplo, anunciou ontem o religamento do alto-forno 3 a partir da segunda quinzena de outubro. Segundo a companhia, o

equipamento estava parado desde abril por causa do cenário econômico desfavorável. “O alto-forno, no momento, está em fase de limpeza e pequenas manutenções necessárias para retomar sua operação. Assim a volta do equipamento deverá ocorrer a partir da segunda semana de outubro, se o cronograma não sofrer algum contratempo”, informou a companhia.

Segundo a ArcelorMittal, o religamento acontece diante da aparente tendência de recuperação do setor siderúrgico. “Embora ainda seja cedo para avaliar os próximos cenários, incluindo se haverá retomada e se ela será sustentável.” Com a volta da operação do equipamento, que tem capacidade nominal de 2,8 milhões de toneladas por ano, a ArcelorMittal Tubarão seguirá operando seus três altos-fornos com suas capacidades reduzidas, informou a empresa.

“Na siderurgia estamos no mesmo patamar das atividades do início do ano, com a utilização de 63% da capacidade instalada”, afirmou Marco Polo de Mello Lopes, do Aço Brasil.

No México, o maior consumidor da América Latina, a retomada da atividade siderúrgica será mais gradual, como afirmou José Reyes, diretor de comércio exterior da Canacero, associação que reúne as siderúrgicas do país.

“Recuperação será mais horizontal e isso pode demorar mais tempo. Não vai ser como no Brasil, em ‘V’.”

Pelas estimativas da Alacero, o consumo aparente no mercado mexicano deverá ser de 22,87 milhões de toneladas, uma alta de 7,3%. Na estimativa anterior, o consumo no México era de 25,36 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Minério de ferro continua em queda

Os preços do minério de ferro transoceânico caíram pelo segundo dia consecutivo ontem. Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, a cotação da commodity chegou a US\$ 117,30, recuo de 2,10%.

Em setembro, a commodity apresenta queda de 5,76%. Já no ano, a variação continua positiva, apesar de estar em redução. Agora, a alta acumulada é de 27,32%.

Segundo a Fastmarkets, os preços caíram novamente em meio a fraca demanda por aço e às expectativas de aumento dos estoques de aço após o feriado nacional chinês (entre 1º a 8 de outubro).

O contrato futuro de minério de ferro mais negociado em janeiro na Dalian Commodity Exchange (DCE) continuou a tendência de baixa, mas a taxa de declínio foi menor. O preço se recuperou no pregão da manhã, antes de entrar em queda constante à tarde, para terminar 0,5% abaixo da cotação de segunda-feira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/09/2020

Seção: Internacional

Autor: Daniela Chiaretti — De São Paulo

Título: China promete ser neutra em carbono até 2060

O presidente chinês Xi Jinping surpreendeu ontem com o anúncio inesperado de que a China buscará ser neutra em carbono até 2060 e irá atingir o pico das emissões de gases-estufa antes de 2030. Foi a grande notícia da abertura virtual da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Xi afirmou que a pandemia “nos lembra que a humanidade deve lançar uma revolução verde e se mover mais rapidamente para criar um caminho verde de desenvolvimento e de vida”.

O maior emissor de gases-estufa do planeta prometeu aumentar seu compromisso no Acordo de Paris “adotando políticas e medidas mais vigorosas” em sua NDC, a sigla em inglês para a meta climática que os países adotaram voluntariamente no acordo.

Além disso, o presidente chinês convocou todos os países a seguirem o exemplo e “buscar um desenvolvimento inovador, coordenado, verde e aberto a todos, aproveitar as oportunidades históricas apresentadas pela nova rodada de revolução científica, tecnológica e industrial e alcançar uma recuperação verde da economia mundial na era pós-covid. E assim criar uma força poderosa e que impulsione o desenvolvimento sustentável”.

“Este anúncio de Xi Jinping vira o jogo”, disse ao **Valor** Mark Lutes, especialista em mudança climática do WWF Internacional. Até agora os grandes emissores, com exceção da Europa, resistiam a fortalecer suas metas climáticas como preconiza o Acordo de Paris. “Até agora, as intenções da China, o maior emissor de gases-estufa com um quarto das emissões globais, eram um mistério”, segue Lutes.

Ele observa que não se sabe, ainda, o que a meta revisada chinesa irá contemplar. “Com as enormes emissões chinesas, cada detalhe é importante”, registra. Mas Xi Jinping deu uma informação fundamental ao anunciar que o

pico de emissões irá ocorrer antes de 2030. Os termos, no Acordo de Paris, eram mais vagos - “por volta de 2030”, diziam.

Esperava-se algo do gênero há alguns dias, em reunião de cúpula de Xi Jinping com a premiê alemã Angela Merkel, mas nada ocorreu.

“Este anúncio enviará ondas de choque positivas e deve suscitar maior ambição climática de outros emissores”, diz Helen Mountford, vice-presidente de Clima e Economia do World Resources Institute. Ela relativizou: “O diabo está nos detalhes. A China deve definir metas mais específicas, mas sua direção rumo a um futuro com carbono zero está entrando no foco.”

Ao FT, Li Shuo, especialista em política energética do Greenpeace em Pequim, disse que a promessa de Xi Jinping terá que ser detalhada e ter implementação concreta. “Como podemos conciliar a neutralidade em carbono com a expansão contínua do uso do carvão na China?”, ponderou.

De fato, a China procura estimular sua economia, afetada pela pandemia, com uma proposta forte de usinas a carvão, provocando a suspeita na comunidade internacional de que a retomada chinesa favorecerá as indústrias poluentes.

A decisão redesenhará a economia chinesa assim como a do bloco europeu, que quer ser descarbonizado em 2050. “A promessa de Xi Jinping é um movimento diplomático ousado que demonstra vontade política clara e o desejo de contrastar a postura climática da China com a dos EUA”, diz Li Shuo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/09/2020

Seção: Economia

Autor: FERNANDA NUNES

Título: Petrobrás reajusta preço da gasolina em 4% na refinaria

A Petrobrás informou que vai aumentar, a partir de hoje, o preço do litro da gasolina vendida em suas refinarias em 4%. Os preços do óleo diesel para consumo automotivo e marítimo foram mantidos. De acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), o percentual equivale a R\$ 0,0646 por litro. “Mesmo com os preços internos subindo, as janelas (oportunidades) continuam fechadas (para novas importações do produto) por causa do dólar”, afirmou o presidente da entidade, Sérgio Araujo. Para o especialista em Petróleo e Gás da INTL FCStone, Thadeu Silva, o preço da gasolina da Petrobrás está em linha com o mercado internacional, mas o do óleo diesel está defasado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 23/09/2020**Seção:** Política**Autor:****Título:** Petrobrás recebe R\$ 265 mi em acordo de leniência

Notas

LAVA JATO

A Petrobrás recebeu R\$ 265,1 milhões como parte de acordo de leniência celebrado pela Technip Brasil e Flexibras, empresas do Grupo Technip, envolvidas em irregularidades investigadas na Lava Jato. Com essa devolução, chega a R\$ 4,5 bilhões o total de dinheiro devolvido após serem firmados acordos de colaboração, leniência e repatriações. Nos últimos 12 meses, foi recuperado R\$ 1,2 bilhão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 23/09/2020**Seção:** Metrópole**Autor:** André Borges / BRASÍLIA**Título:** Sem verba, agência diz que não conseguirá fiscalizar barragens

Diretor do órgão afirma em ofício que pode ter operações inviabilizadas caso mais recursos não sejam destinados

A Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão que tem a missão de fiscalizar as barragens de todo o País, regular o setor e evitar tragédias como as que ocorreram em Mariana e Brumadinho, está sem recursos para executar suas funções mais básicas e corre o risco de ver suas operações completamente inviabilizadas, segundo o diretor-geral do órgão ligado ao **Ministério de Minas e Energia, Victor Hugo Froner Bicca**. No mês passado, Bicca mandou ofício ao Ministério da Economia para alertar sobre a situação insustentável do órgão por causa de sucessivos cortes financeiros.

O Estadão teve acesso ao documento, em que o diretor descreve que as restrições orçamentárias podem levar a agência até a descumprir determinações relacionadas à fiscalização de barragens. O Ministério da Economia determinou que o orçamento para a ANM em 2021 seja de R\$ 61,4 milhões, uma redução de 9% sobre os R\$ 67,5 milhões repassados neste ano. Bicca argumentou que o trabalho do órgão de fiscalização já não tem sido

desempenhado a contento e que, para executá-lo no ano que vem, seriam necessários pelo menos R\$ 155 milhões. O pedido, porém, foi ignorado.

“Temos clareza em afirmar que os referenciais estabelecidos (valor do repasse) e apresentados no referido ofício comprometem fortemente o futuro da ANM”, alertou o diretor-geral ao Ministério da Economia. “Diante dessa redução orçamentária para 2021, essa ANM entende que precisará informar formalmente o Ministério Público e ao juízo da ação sobre a redução orçamentária prevista.” Um relatório apontou situação crítica em 156 barragens em 22 Estados. O levantamento está no relatório de Segurança de Barragens do ano passado da Agência Nacional de Águas (ANA) e foi feito após a tragédia de Brumadinho, em 2019.

O documento indica aumento de 129,5% das estruturas avaliadas com risco. Lei descumprida. Durante toda a semana, o Estadão questionou a agência sobre o assunto. Não houve resposta. Na prática, o que o governo tem feito, ao cortar o orçamento da agência, é descumprir a lei. Desde 2017 está em vigor a lei 13.540, que trata da distribuição dos royalties de mineração pagos pelas empresas que exploram os recursos naturais no Brasil.

Na legislação é exigido que 7% do que for arrecadado com a chamada Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) deve ser repassado integralmente à agência de mineração. Em seu ofício, Bicca afirmou que, “apesar das restrições orçamentárias com que a ANM vem trabalhando, e da crise pela qual passa o Brasil, não se verifica uma redução brusca das receitas da ANM para 2020”. O texto faz referência aos R\$ 4,4 bilhões previstos para serem arrecadados neste ano em royalties.

“Estamos falando de R\$ 313 milhões que tinham de ser repassados diretamente aos cofres da ANM, e que estão ficando nos cofres do Tesouro Nacional”, disse Waldir Salvador, consultor de relações institucionais da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/09/2020

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Órgãos não dão aval aos planos de emergência

Passados um ano e oito meses da tragédia da mineradora Vale em Brumadinho (MG), o projeto de lei aprovado pelo Congresso que agora segue à sanção presidencial deixou de contemplar uma das principais mudanças que se esperava da nova Política Nacional de Segurança de Barragens: a exigência de

que os planos de emergência apresentados pelas empresas fossem analisados pelas agências reguladoras. O relator da proposta, senador Antonio Anastasia (PSD-MG), alegou que a mudança, solicitada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, serve para que as agências não se transformem em “avalistas” dos empreendimentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/09/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA GUIMARÃES, AMANDA PUPO, CYNTHIA DECLOEDT, ANDRÉ ITALO ROCHA

Título: Com IPO, CSN quer colocar R\$ 1,1 bi em mineradora

Coluna do Broadcast

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) tem planos ambiciosos para a oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) de sua unidade de mineração – e quem os acompanha de perto diz que há sustentação em cada número apresentado. A subsidiária, que centraliza as operações das minas Casa de Pedra (foto) e Namisa, deve captar cerca de US\$ 1,5 bilhão – ou de R\$ 8,2 bilhões no câmbio de hoje. O plano, por enquanto, é dividir o dinheiro em US\$ 1,3 bilhão (ou aproximadamente R\$ 7,1 bilhões) indo ao caixa da CSN, para redução de sua dívida. Os US\$ 200 milhões restantes (cerca de R\$ 1,1 bilhão) devem ser destinados a investimentos da unidade de mineração. Comandada por Benjamin Steinbruch, a CSN ainda não começou a conversar com investidores.

» Only you. Grande geradora de caixa, a CSN Mineração deve ser desmembrada sem dívidas. A meta de aumentar a produção de minério de ferro de 33 milhões de toneladas anuais para 108 milhões, até 2033, é considerada plausível. A mineradora já tem todas as licenças, que costumam atrasar projetos da área.

» Cronograma. A oferta está programada para novembro, mas pode escorregar para dezembro, dependendo das condições de mercado. Está previsto ainda um bom período de reuniões com investidores. Procurada, CSN não comentou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/09/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Companhias de energia inauguram estações de recarga

Criados para uso próprio, pontos serão abertos a consumidores particulares

Enquanto o preço do carro elétrico ainda torna proibitivo a sua disseminação em larga escala no Brasil, as empresas de energia elétrica estão investindo em pontos de recarga para uso próprio — e abrindo também para empresas e particulares do entorno.

A Alsol, empresa de energias renováveis do grupo Energisa, inaugura nesta sexta-feira uma usina de placas foto-voltaicas na região de Uberlândia (MG), que terá uma estação para carros elétricos. Como fica localizada bem próxima a um anel viário e à Rodovia BR-050, a estação de recarga será usada para abastecer a frota própria da Alsol e ficará aberta sem custo à particulares ou empresas da região interessadas.

A Alsol já tem um ponto de recarga no centro de Uberlândia e prevê inaugurar novas estações em pontos estratégicos na cidade ao longo dos próximos três anos, como parte de um programa de pesquisa e desenvolvimento em mobilidade elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As estações não são conectadas à rede. Para garantir que a energia que abastece os carros seja 100% renovável, elas funcionam com baterias que são carregadas nas usinas de energia solar nos horários ociosos.

No início do ano, a Neoenergia já havia inaugurado pontos de recarga elétrica em todas as suas bases regionais (interior de São Paulo, Bahia, Pernambuco — incluindo Fernando de Noronha — e Rio Grande do Norte) e também na sede administrativa no Rio. A rede abastece uma frota própria de carros usados por funcionários para visitas comerciais e consertos de rede. Até o fim do ano, serão 33 carros elétricos na frota da Neoenergia, que pretende adquirir mais 40 até o final de 2022.

Segundo a Associação Brasileira do Veículo Elétrico, o Brasil tem hoje 30 mil carros elétricos em circulação, com 200 a 300 estações de abastecimento.

SEIS USINAS ATÉ O FIM DO ANO

A planta Granja Marileusal, a ser inaugurada na sexta-feira, será a quarta usina de energia solar aberta pela Alsol este ano. A empresa deve inaugurar mais duas usinas em Minas até o fim do ano, totalizando 25,98 MWp, suficiente para abastecer 25,5 mil residências. O investimento nas seis usinas é de R\$ 100 milhões.

VEÍCULO: O Globo**Data: 23/09/2020****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Erros econômicos de Bolsonaro na ONU**

Por Alvaro Gribel (interino)

O discurso do presidente Jair Bolsonaro na ONU foi marcado por imprecisões e erros na economia. O auxílio emergencial foi menor do que ele afirmou, o investimento estrangeiro caiu no primeiro semestre e as emissões de carbono do Brasil estão acima da participação do país no PIB mundial. Ao falar sobre os valores destinados ao combate à pandemia, Bolsonaro também misturou transferência de recursos com liberação de compulsório e empréstimos concedidos a consumidores e empresas.

O auxílio emergencial não chegou a US\$ 1.000, como disse Bolsonaro. Somando-se todas as parcelas, o valor transferido à baixa renda alcançará R\$ 4.200 até dezembro, algo em torno de US\$ 777. O presidente parece não estar acompanhando a alta da moeda americana, pois utilizou a cotação do câmbio de janeiro deste ano para fazer a conta. Nesse período, o dólar disparou de R\$ 4,20 para R\$ 5,40, até 21 de setembro, dia anterior ao discurso.

No Investimento Estrangeiro Direto (IED), outro erro. Ao contrário do que disse Bolsonaro, ele caiu no primeiro semestre. Segundo o Banco Central, de janeiro a junho do ano passado entraram US\$ 32 bilhões via IED, 27% acima dos US\$ 25,3 bilhões do mesmo período deste ano. É falsa, portanto, a frase de que “no primeiro semestre de 2020, apesar da pandemia, verificamos um aumento do ingresso de investimentos, em comparação com o mesmo período do ano passado.”

Bolsonaro defendeu a política ambiental do governo e disse que o Brasil, apesar de estar entre as dez maiores economias do mundo, emite apenas 3% dos gases de queima de carbono. A comparação não faz sentido. Segundo dados do FMI, a economia brasileira representa 2,4% do PIB mundial. Por essa lógica, portanto, nossas emissões são maiores do que o tamanho do país na economia global.

BRASIL: QUINTO MAIOR EMISSOR

O Brasil, na verdade, é o quinto maior emissor de gases de efeito estufa. Foi isso que explicou Tasso Azevedo, coordenador do MapBiomass, em audiência pública no STF ontem. O país só fica atrás de Estados Unidos, China, Índia e Rússia, que têm dois terços de suas emissões em origem na queima de combustíveis fósseis.

Já no Brasil o que mais pesa na emissão são práticas relacionadas ao uso da terra, incluindo aí as queimadas, a pecuária e a agricultura.

BOLSA VALE R\$ 650 BI A MENOS

Segundo levantamento feito pela Economática, apenas 25% das empresas da bolsa brasileira recuperaram ou ultrapassaram seu valor de mercado no período anterior à pandemia. São 78 companhias de um total de 293 que têm capital aberto. Quem lidera o ranking é a varejista Magazine Luiza, que valia R\$ 91 bilhões em 21 de fevereiro, há sete meses, e hoje é avaliada em R\$ 143 bi. Em segundo lugar aparece a Vale, com aumento de R\$ 50 bilhões em valor de mercado. Na outra ponta, entre as que perderam, o pior resultado é o da Petrobras, que recuou de R\$ 392 bi para R\$ 275 bilhões. A petrolífera tem sofrido com os baixos preços do petróleo e a venda de ativos tem se mostrado mais difícil do que o mercado imaginava. Ao todo, a bolsa ainda vale R\$ 650 bilhões a menos do que antes da pandemia.

APREENSÃO NO PL DO GÁS

Representantes do setor industrial saíram apreensivos de uma reunião com o senador Eduardo Braga (MDB-AM). Ele é um dos cotados para ser o relator da nova lei do gás e avisou que pretende mexer no texto, o que faria o projeto retornar à Câmara em caso de aprovação no Senado. Entre as medidas que defende estão a universalização dos gasodutos, estendendo a rede por todo o país, e a ampliação de termelétricas agás, o que garantiria uma demanda fixa ao produto. A indústria foi contra essas ideias quando o projeto foi aprovado na Câmara.

A colunista está de férias.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 23/09/2020

Seção: Economia

Autor: Marina Barbosa

Título: Gasolina sobe pela 4ª vez em setembro

Mais uma vez o preço da gasolina vai subir. A Petrobras anunciou, ontem, o quarto reajuste seguido dos combustíveis em setembro. Após três cortes consecutivos, o litro sofrerá aumento de 4% nas refinarias, a partir de hoje. O diesel não terá alteração. As três últimas correções, promovidas pela estatal este mês, foram cortes de 3%, 5% e 5% (gasolina) e reduções de 6%, 5% e 5% (óleo). De acordo com o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis, Sérgio Araújo, o reajuste anunciado para gasolina “não foi suficiente para eliminar a defasagem em relação ao preço internacional”.

Segundo a Petrobras, o impacto no combustível por litro será de R\$ 0,06 — passará a custar R\$ 1,66 nas refinarias. Em Brasília, embora seja possível encontrar gasolina por menos de R\$ 4 em aplicativos, a média praticada, antes do novo reajuste, era de R\$ 4,28/litro.

CAPAS DE JORNAIS

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

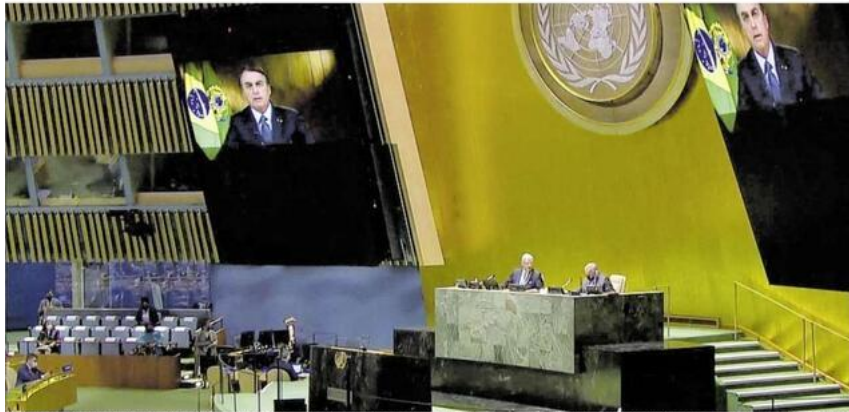
FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA
(1882 - 1947)

Quarta-feira 23 DE SETEMBRO DE 2020 R\$5,00 ANO 141 Nº 46362

estadão.com.br

Na ONU, Bolsonaro distorce dados sobre queimadas e covid

Presidente atribui fogo a índios e caboclos, diz ser vítima de campanha de desinformação e defende hidroxicloroquina



Virtual. Telões na sede da ONU, em Nova York, exibem discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia: plenário teve baixa ocupação por causa da pandemia

Em discurso gravado e exibido ontem na abertura da 75.ª Assembleia-Geral da ONU, o presidente Jair Bolsonaro distorceu dados sobre queimadas no País, atribuiu a "índios e caboclos" a disseminação do fogo em áreas de preservação e apresentou seu governo como vítima de uma "campanha brutal de desinformação". "A Amazônia brasileira é solidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorrida em interesses

Análise

Vera Magalhães

Uma caricatura

Nossa representação na ONU só deteriora. O Brasil se destaca pela caricatura, e não pela diplomacia. **PÁG. A10**

escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o go-

verno e o próprio Brasil", disse. Crítica do pela condução da crise do coronavírus, o presidente insistiu em sua narrativa de oposição ao isolamento social. Ele recorreu a informações falsas sobre a pandemia e defendeu o uso da hidroxicloroquina, medicamento sem eficácia comprovada contra a covid-19. Organizações ambientais e políticos criticaram o discurso. Jornais estrangeiros reverteram os argumentos de Bolsonaro com dados. **POLÍTICA / PÁGS. A4, A10 e A11**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Mendacidade na ONU

Jair Bolsonaro usou os holofotes da Assembleia-Geral da ONU para reiterar suas irresponsáveis imposturas acerca de graves temas. **PÁG. A3**

Estudo vê Manaus com imunidade de rebanho

Pesquisadores acreditam que a queda do número de mortes por covid-19 na capital amazonense esteja associada a uma imunidade de rebanho decorrente da contaminação de até 66% da população, porcentual bem mais alto que o de estudos anteriores. A conclusão foi publicada em artigo de especialistas da USP e da Fapesp. **METRÓPOLE / PÁG. A19**

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	138.159
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	809
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	707
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	4.595.335
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	35.252
TOTAL DE RECUPERADOS*	3.945.627

*NÚMERO DE PACIENTES EM RECUPERAÇÃO

Carlos comprou imóvel com dinheiro vivo

Overeador Carlos Bolsonaro (Republicanos), filho de Jair Bolsonaro, tinha 30 anos, em 2020, quando pagou R\$ 150 mil em dinheiro por um apartamento no Rio, informam Caio Sartori e Wilson Tosta. Investigado por suposta apropriação de salários de funcionários fantasmas na Câmara Municipal, Carlos não se pronunciou sobre o caso. **POLÍTICA / PÁG. A12**

Elias Maluco é achado morto em presídio

METRÓPOLE / PÁG. A18

Câmara aprova CNH com 10 anos de validade

METRÓPOLE / PÁG. A18

NA QUARENTENA



NA VOLTA, CHEFS DESCOMPLICAM

Aposta é em restaurantes casuais, como fez Ivan Ralston. **PÁG. H1**

Esportes

Com torcida. Governo dá à CBF aval para estádio com 30% de público em outubro. **PÁG. A21**

Jornal do Carro

Novo visual. L200 Triton preserva plataforma, mas adota câmbio de 6 marchas. **PÁG. 10**

USP conclui maior banco genético sobre brasileiros

Cientistas da USP finalizaram o maior banco de dados genéticos da população brasileira, com o sequenciamento do genoma completo de 1.171 idosos. Na amostra, foram encontrados dois milhões de variações genéticas inéditas no mundo. Os dados devem facilitar o diagnóstico de doenças raras e, no futuro, pode auxiliar no processo de definição de tratamentos médicos personalizados. **METRÓPOLE / PÁG. A17**

Comércio online em SP avança 6 anos em 6 meses

Pesquisa da Federação do Comércio do Estado de SP aponta que a participação das vendas eletrônicas no total de negócios passou de 2,9% em janeiro para 3,7% em junho. A variação de 0,8 ponto percentual corresponde ao crescimento registrado pelo segmento entre 2013 e 2019. Na capital, o ritmo de crescimento foi ainda mais acelerado. **ECONOMIA / PÁG. B1**

ENTREVISTAS

Alfredo Setubal, presidente da Itaú

'O Brasil sai da crise mais fragilizado'

À frente da holding de investimentos que tem no portfólio empresas como Itaú Unibanco, Duratex e Alpagatas, Setubal acredita em retomada lenta da economia. **ECONOMIA / PÁG. B10**

Pedro Parente, presidente do conselho de administração da BRF

'Vacina virou uma típica bala de prata'

Para o executivo e ex-ministro da Casa Civil (governo FHC), faltam coordenação e metas práticas para superar a pandemia. **ECONOMIA / PÁG. B5**

NOTAS & INFORMAÇÕES

O jogo aberto dos juros

Se o governo se comportar, BC promete evitar alta da Selic por longo tempo. **PÁG. A3**

Tempo em SP

13° Min. 18° Máx.



ALL NEW
TIGGO 8
Turbo GDI
WET DUAL CLUTCH DE 7 VELOCIDADES
DE 0 A 100 EM 8,7 SEGUNDOS

VEJA NAS PÁGINAS 6 E 7.

Qualidade, tecnologia e design.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.411

QUARTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2020

R\$ 5,00

Mundo A15

O líder soviético em 1934
Arquivo da URSS/Domínio Público

Josef Stálin volta à vida

Conheça ditador que ficou em evidência após polêmica com Caetano e Losurdo

Não se chamava Stálin e não era russo
Ioseb Besarionis Djugachvili nasceu em 1878 na Geórgia, então parte do Império Russo

Quase foi um padre
Após estudar em escola religiosa, foi para seminário, de onde saiu por ser ateu, ter envolvimento com gangue e estudar marxismo

Mas foi um dos grandes homicidas da história
Conta-se estima 20 milhões de mortos pela repressão stalinista. Tentando refinar critérios, estudo baixou o número pela metade

Ilustrada B9
Violência, censura e fake news dominam reestreia do festival É Tudo Verdade

Comida B13
Pesquisadores e chefs discutem a viabilidade de o arroz ser substituído

Esporte B7
Ministério dá aval para CBF liberar a volta dos torcedores aos estádios

Esporte B8
Devido à pandemia, corrida de São Silvestre é adiada para julho de 2021

EDITORIAIS A2

Fantasia de presidente
Sobre o pronunciamento de Jair Bolsonaro na ONU.

O papel de Damascos
Acerca de tentativa de impedir aborto de menina.

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 189.213.054
VISITANTES ÚNICOS 35.510.663



Bolsonaro se defende na ONU sobre pandemia e queimadas

Ao abrir Assembleia Geral virtual, presidente reafirma que é vítima de campanha de desinformação



ONU/Reuters



Rick Rognoni/ONU/AFP



Editorial/ONU/Reuters



Rick Rognoni/ONU/AFP

Jair Bolsonaro, Donald Trump, Xi Jinping e Emmanuel Macron têm seus discursos exibidos em telão na sede das Nações Unidas esvaziada pela pandemia de coronavírus, em Nova York

O presidente Jair Bolsonaro usou ontem seu discurso de abertura na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para reprimir a tese de que é vítima de campanha de desinformação.

Em vídeo gravado, de menos de 15 minutos, tempo máximo estabelecido pelos organizadores do evento a todos os líderes, Bolsonaro defendeu as políticas de seu governo diante da pandemia de coronavírus e das queimadas que devastam a Amazônia e o Pantanal.

Afirmou que, desde o início da crise, tanto o vírus quanto o desemprego "precisavam ser tratados igualmente" e acusou parcela da imprensa de disseminar o pânico em relação à doença.

O presidente elencou medidas de sua gestão, como o auxílio emergencial, e jogou a responsabilidade do isolamento social aos governadores para se eximir de seus efeitos — o vírus já matou mais de 138 mil no país.

Declarou que as riquezas da Amazônia despertam interesses estrangeiros e escusos. Por essa razão, o Brasil seria alvo do que chamou de "brutal campanha de desinformação". Queimadas se dariam por condições naturais inevitáveis ou pela atuação de índios e caboclos; incêndios criminosos seriam "combatidos com rigor e determinação".

Bolsonaro ainda tentou ampliar sua narrativa ao exterior com os habituais ataques a Donald Trump e ataques à Venezuela. **Mundo A12**

Floresta úmida? Combate à cristofobia? Leia o discurso comentado A13

Trump acusa China de infectar o mundo e pede sua responsabilização A14

Xi critica politização da Covid e afirma não querer 'guerra fria ou quente' A14

Uso de dinheiro vivo sustentou campanhas dos Bolsonaros

Jair Bolsonaro e seus filhos fizeram sucessivas doações em espécie para irrigar suas campanhas de 2008 a 2014 — corrigidos, os valores somam R\$ 163 mil. O Planalto não quis comentar, e os filhos não responderam. **Poder A4 e A5**

Eleições 2020

Exceções, siglas buscam homens para cumprir a cota de gênero A7

Sem TV, candidatos em Jaboticabal apostam no rádio e nas lives A9

Consultas e exames repensados desafiarão eleito em São Paulo A10

Ilona Szabó Segurança e democracia

A eleição de Jair Bolsonaro é, em parte, produto da leniência e da negligência de décadas com a segurança pública, e não a causa das tensões atuais. Cidadãos precisam eleger representantes preocupados com o bem público que abracem as reais soluções para o problema. **Cotidiano B3**

Fogo em nove fazendas destruiu 141 mil hectares

Focos de incêndio iniciados em 9 fazendas do Pantanal destruíram 141.773 hectares de vegetação, área pouco menor do que a cidade de São Paulo. São quatro propriedades em Mato Grosso do Sul e cinco em Mato Grosso. O levantamento é da ONG Repórter Brasil. **Ambiente B2**

Câmara aprova dobrar limite de pontos da CNH

A Câmara concluiu ontem a votação do projeto que dobra para 40 pontos o limite que o motorista pode ter sem perder a CNH e amplia para dez anos o prazo de validade da habilitação de condutores com menos de 50 anos. O texto agora vai para sanção presidencial. **Cotidiano B3**

Traficante Elias Maluco é achado morto em prisão

Cotidiano B3

Fatura das dívidas adiadas começa a chegar a empresas

Mercado A16

Pandemia no Brasil

	Total	Diário	Variação**
Casos	4,6 mil	30,1 mil	-0,6%
Óbitos	138,2 mil	707	2,3%

Dados das 20h de 22 set. **Média móvel de 7 dias. **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

■ Acelerado
■ Estável
■ Desacelerado
■ Reduzido



Estados com mais óbitos

1º SP	34,3 mil
2º RJ	17,8 mil
3º CE	8,8 mil

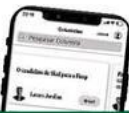
Situação nos municípios

■ Acelerados	■ Estáveis
Goiânia (GO)	Manaus (AM)
Porto Alegre (RS)	Belém (PA)
Aparecida de Goiânia (GO)	Curitiba (PR)
Canoas (RS)	Belo Horizonte (MG)



Análise na palma da mão

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e baixe o app do GLOBO. Tenha acesso a todos os colunistas, em tempo real, em um só lugar.



O GLOBO



Libertadores: Pedro marca, Flamengo vence no Equador e respira aliviado PÁGINA 30

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2020 ANO XLVII - Nº 31.924 - PREÇO DESTA EXEMPLAR R\$ 5,50

IMAGEM RUIM

Brasil vive fuga recorde de dólares e investidores estrangeiros

Desmatamento reduz atratividade do país, que já estava em queda

O Brasil vem perdendo atratividade para os investidores estrangeiros em função da crise global, das incertezas em relação aos gastos públicos futuros e do avanço das queimadas e do desmatamento. Nos primeiros oito meses deste ano, US\$ 15,2 bilhões deixaram o país, o maior volume da série histórica, que começou em 1982. Os investidores estrangeiros ainda retiraram R\$ 87 bilhões da Bolsa até o último dia 17, a maior saída desde 2008. PÁGINA 29



Bastidores. Bolsonaro sorri durante a gravação do discurso para a Assembleia da ONU

Bolsonaro adota tom defensivo em discurso na ONU

Em discurso por vídeo na Assembleia Geral da ONU, o presidente Bolsonaro culpou indícios e caboclos pelos incêndios na Amazônia e se eximiu de culpa pelas mortes na pandemia. Ele disse haver uma "campanha brutal de desinformação" sobre queimadas e pediu o combate ao que chamou de "crisofobia". PÁGINAS 24 e 25

Trump e Xi fazem duelo retórico sobre a pandemia

Em tom de campanha, americano acusou a China de "infectar o mundo", e líder chinês criticou "política da pandemia". PÁGINA 26

MERVAL PEREIRA

As falácias do presidente na ONU PÁGINA 2

ELIO GASPARI

Discurso de vereador em caminhão PÁGINA 3

MARCIO ASTRINI

O herói do agronegócio europeu PÁGINA 3

CONTAGIADOS

4.595.335

MORTOS

138.159

FORTE: CONCORDADO DE VEÍCULOS DE MAPENIA

Governo diz que acordo com a UE ajuda meio ambiente

Itamaraty e Ministério da Agricultura divulgam nota defendendo acordo União Europeia-Mercosul após fala de Bolsonaro. PÁGINA 20

ENTREVISTA/MARC TARPENNING

Empresa não sustentável terá que encerrar atividade

Cofundador da Tesla, que deixou para cuidar dos filhos, diz que futuro da indústria é o carro elétrico. PÁGINA 22

Por paralisia, MEC tem verba do Banco Mundial travada

Devido à falta de ação da pasta para alcançar metas, US\$ 72,5 milhões de financiamento para ensino médio foram bloqueados. PÁGINA 11

ENTREVISTA/RICARDO PALACIOS

Vacina da China será testada em jovens brasileiros

Gerente médico do Instituto Butantan diz que objetivo é vacinar, inicialmente, 20% da população brasileira. PÁGINA 12



Nova estação, velhos dramas

Aprimavera começou com 248mm de chuva em 24 horas, o dobro da média para todo o mês. E os velhos problemas se repetiram. Por toda a cidade, ruas alagadas deram nó no trânsito. A Rua Jardim Botânico (foto), onde a prefeitura faz obras contra enchentes, ficou inundada o dia inteiro. Sirenes soaram em 17 comunidades. PÁGINA 15

Witzel tem quadro desfavorável na votação de impeachment hoje

Alerj decide esta tarde futuro do governador afastado. Witzel fará um pronunciamento, mas tendência é pelo impeachment. PÁGINA 13

Aos 133 anos, Colégio Bennett anuncia seu fechamento

Por problemas financeiros, instituição fundada em 1887 encerrará atividades. Outra rede de ensino ocupará sede no Flamengo. PÁGINA 16

MP investiga verba da Alerj para a Covid

O Ministério Público do Rio apura se a verba de R\$ 100 milhões doada pela Alerj para combater à pandemia foi destinada a auxílios eleitorais dos deputados. Suspeita é desdobramento da delação do ex-secretário de Saúde Edmar Santos. Em alguns municípios, obras de centros de triagem para Covid-19 não saíram do papel. PÁGINA 13

Entrevistado no Rio de Janeiro



— Poderia ser pior... poderia chover!

Com mudanças, Câmara aprova nova lei de trânsito

Projeto que vai para sanção presidencial estendeu validade da habilitação, mas mudou regras para suspensão da carteira. PÁGINA 30

Projeto das fake news prevê prisão para quem as distribuir

Texto do deputado Orlando Silva (PC do B-SP) tenta alcançar quem promove e financia serviços de robôs e disparos em massa. PÁGINA 9

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, LOND, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1990, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.941 • 30 PÁGINAS • R\$ 2,50

Bolsonaro sob críticas e elogios após fala na ONU

No discurso às Nações Unidas, o presidente seguiu à risca a linha traçada por ministros militares. Sobre meio ambiente, minimizou a devastação na Amazônia e no Pantanal, culpou índios e caboclos pelas queimadas e arrematou dizendo que o país é vítima de uma cruzada global de desinformação. "A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso ex-

plica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil", afirmou. No caso da pandemia de coronavírus, responsabilizou governadores e prefeitos pelas quase 140 mil mortes e cerca de 4,6

milhões de casos de covid-19 no país, dizendo que estaria impedido de tomar medidas por decisão da Justiça. Ao fim da apresentação de Bolsonaro, a ala militar exultou: "Foi tudo o que esperávamos", disse um integrante do governo. "Creiam, atingimos nosso objetivo. O que estão fazendo com a imagem do Brasil é um crime", ressaltou um ministro. Na

oposição, que apontou inconsistências na narrativa do chefe do Executivo, a reação foi oposta. "Bolsonaro demonstrou uma postura irresponsável e, ao mesmo tempo, leviana ao culpar os povos indígenas pelos incêndios na Amazônia e no Pantanal", reagiu a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), única indígena na Câmara. PÁGINAS 2 A 4

Foto: Minerva Siqueira/CSO/Agência



Chuva de problemas

Com muitas obras de infraestrutura nas ruas, Vicente Pires foi a primeira cidade do DF a sentir os efeitos do fim da seca. O temporal de segunda-feira, após 119 dias de estiagem, causou o deslizamento num canteiro aberto para implantação do sistema de drenagem, na Rua 4A. Comerciantes do local temem que, com novas precipitações, o buraco se amplie e ameace construções próximas. A Defesa Civil já interditou o local. Ainda por causa da chuva, na Rua 8 (foto ao lado), um cano d'água estourou e provocou alagamentos. PÁGINA 21



A força da economia do DF

O Correio estreia hoje a coluna *Capital S/A*, assinada pela jornalista Samanta Sallum. O novo espaço mostrará todo o potencial econômico de Brasília. Em destaque, casos de sucesso, empreendedores e setores que estão vencendo a crise provocada pela pandemia. Confira.



PÁGINAS 18 E 20

Segurança tem garantido o reajuste de 8%

Senadores aprovam a medida provisória que concede recomposição salarial para policiais civis e militares e para bombeiros do DF. O aumento, que agora é lei, já estava sendo pago e é retroativo aos vencimentos de janeiro deste ano.

PÁGINA 17

Remédio caro, mas sem ICMS

Governador Ibaneis envia aos distritais projeto de lei que dá isenção de imposto ao produto Zolgensma. O medicamento custa R\$ 12 milhões e combate a atrofia muscular espinhal. A doença atinge crianças como a menina Kyara Lís, de Águas Claras. A alíquota do produto é de 17%.

PÁGINA 18

Bebês poupados pela covid-19

Estudo com 263 grávidas revela que 1% dos recém-nascidos de mães infectadas testou positivo para coronavírus. Crianças não tiveram complicações graves.

PÁGINA 14

Prazo para renovar a CNH será de até 10 anos

Medida faz parte do projeto de lei aprovado pelo Congresso, que altera diversos pontos do Código de Trânsito Brasileiro. O texto, que segue para sanção presidencial, aumenta para 10 anos a validade da Carteira Nacional de Habilitação de quem tem até 50 anos de idade. Outra mudança flexibiliza a exigência para suspensão da CNH, elevando a contagem das multas para 40 pontos se o motorista não tiver nenhuma infração gravíssima. PÁGINA 6

INSS

Perícia a passos lentos

Dos cerca de 500 médicos peritos do instituto, 351 voltaram a atender os segurados. Há 200 mil processos parados no país à espera de exames.

PÁGINA 7

Benefício

Entre à renda básica

Sem achar recursos no orçamento para novo programa de auxílio do governo aos mais pobres, senador evita estabelecer prazos para discussão.

PÁGINA 7



Triunfo com raça rubro-negra

Com shows de meia Arrascaeta e do centroavante Pedro, Flamengo sofre para vencer jogo fácil, mas fatura três pontos após ter sete infectados pela covid-19.

PÁGINA 16



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .